

**CINE BLASFÊMIA: uma
narrativa de censura,
enfrentamentos e
(re)existências**

(CINE BLASFÊMIA): a narrative of
censorship, confrontations and (re)
existences

(CINE BLASFÊMIA): una narración
de censura, enfrentamientos y (re)
existencias

**Suely Aldir Messeder¹
Clebemilton Gomes do Nascimento^{2, 3}**

RESUMO

A proposta do presente artigo é de discutir a blasfêmia como estratégia política de resistência aos regimes regulatórios de gênero e sexualidade. Para tanto, analisa-se o Cine Blasfêmia, uma atividade extensionista desenvolvida pelo grupo de pesquisa Enlace da UNEB. Explora-se a tensão discursiva presente no ato blasfêmico praticado por sujeitos acadêmico-políticos e contestado por sujeitos forjados e formados pelo discurso judaico-cristão para compreendê-lo no saber-fazer da ciência. Além disso, discute-se a complexa trama do filme "A

¹Doutora em Antropologia, professora, pesquisadora, coordenadora do Grupo Enlace da Universidade do Estado da Bahia - Doutorado Multi-institucional, Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento e Programa do Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: smesseder@uneb.br.

² Doutorando no Programa Multi-institucional e multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, professor da Universidade do Estado da Bahia e pesquisador do Grupo Enlace. E-mail: clebenasc@gmail.com.

³ Endereço de contato dos autores (por correio): UNEB - R. Silveira Martins, 248 - Cabula, Salvador - BA, CEP: 40301-110, Brasil.

excêntrica família de Antônia”, trazida para dentro da análise para evidenciar os debates blasfêmicos e polifônicos vinculados às problemáticas feministas.

PALAVRAS-CHAVE: Cine Blasfêmia; Estado; Universidade; Gênero; Discurso judaico-cristão

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss blasphemy as a political strategy of resistance to the regulatory regimes of gender and sexuality. In order to do so, we analyze Cine Blasfêmia, an extensionist activity developed by the Enlace research group of UNEB. It explores the discursive tension present in the blasphemous act practiced by academic-political subjects and contested by forged subjects and formed by the Judeo-Christian discourse to understand it in the know-how of science. In addition, we discuss the complex plot of the film "The eccentric family of Antonia", brought into the analysis to highlight the blasphemous and polyphonic debates linked to feminist issues.

KEYWORDS: Cine Blasfêmia; State; University; Gender; Jewish-Christian Speech

RESUMEN

La propuesta del presente artículo es de discutir la blasfemia como estrategia política de resistencia a los regímenes regulatorios de género y sexualidad. Por lo tanto, se analiza el Cine Blasfemia, una actividad extensiva desarrollada por el grupo de investigación Enlace de la UNEB. Se explora la tensión discursiva presente en el acto de la blasfemia practicado por sujetos académico-políticos y contestado por sujetos forjados y formados por el discurso judaico-cristiano para comprenderlo en el saber hacer de la ciencia. Además de eso, se discute la compleja trama del filme "La excéntrica familia de Antonia", traída para dentro del análisis para evidenciar los debates de la blasfemia e polifónicos vinculados a problemáticas feministas.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 2, Abril-Junho. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n2p118>

PALABRAS CLAVE: Cine la blasfemia; Estado; universidad; género; discurso judeocristiano.

Recebido em: 02.05.2017. Aceito em: 25.11.2017. Publicado em: 01.04.2018.

Virgen protectora de deseos y de luchas, de esperanzas y de sueños. Líbranos de racistas, homofóbicos, corruptos, machistas, colonialistas y explotadores. (María Galindo, Mujeres Creando, Bolivia)

As ideias que pretendemos discutir aqui nasceram de experiências vividas no grupo Enlace⁴ no percurso de nossas ações e intervenções político-pedagógicas. Longe de ser resultado de um trabalho sistemático e conclusivo, elas emergem da necessidade mesma de enfrentamento das questões postas cotidianamente no saber-fazer-científico-político coletivo do grupo.

Escolhemos um desses episódios para iniciar e conduzir a discussão aqui proposta. Em janeiro de 2017, o Grupo Enlace, em sua linha de pesquisa Sexualidades e Direitos Humanos, por conta do Curso "Cine Blasfêmia" da Escola de Verão da UNEB⁵, é notificado pela Ouvidoria do Estado da Bahia, sob a alegação de intolerância religiosa, vejamos a teor do manifesto⁶:

O motivo principal é o de incentivo à blasfêmia, que fere a liberdade religiosa. A palavra blasfêmia significa "Discurso, palavra proferida, que ofende fortemente uma divindade, insulta uma religião ou tudo que pode ser considerado sagrado" [1]. Um dos cursos de verão (da Escola de Verão da UNEB [2]), "CINE BLASFÊMIA" está desrespeitando a religião majoritária do nosso país (cristianismo e seus valores) ao fazer uso inadequado de sua liberdade de expressão. Observa-se no título do curso e, principalmente, em sua descrição, que há um incentivo a se blasfemar contra valores tradicionais (cristãos), [2, página 9]: "CINE BLASFÊMIA: ENLACES SOBRE VIOLÊNCIA,

⁴ Em 2010, o Grupo de Pesquisa Enlace vinculado ao Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural e ao Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, se institucionaliza na UNEB com a finalidade de reunir pesquisadores/as das diversas áreas de conhecimento que buscam entender processos de construção e difusão de conhecimento na sociedade.

⁵ O projeto Escola de Verão tem como objetivo promover atividades de formação profissional, científica, cultural e extensionista, visando proporcionar o contato com as diferentes áreas do conhecimento.

⁶ Este curso foi idealizado pelos bolsistas de iniciação científica do Grupo Enlace, Lenon Boaventura e Warlen Junior.

SEXUALIDADES, GÊNERO E RAÇA Com o intuito de blasfemar os saberes tradicionais através do cinema, a oficina se propõe à debater produções cinematográficas blasfêmicas que enlaçam a discussões sobre sexualidades e violência com debates sobre gênero e raça num viés interseccional". Não há nenhum problema em se ter uma oficina sobre a diversidade e contra a violência, porém a própria descrição da oficina se propõe a ter o objetivo (a intenção clara) de blasfemar os saberes tradicionais (que subentende-se claramente como "cristãos" visto o censo 2010 do Brasil [3], cuja população majoritária tem como religião principal o cristianismo). Diante disto, acuso o Curso "CINE BLASFÊMIA" de ofender a religião alheia, incentivando a blasfêmia (crime claro de intolerância religiosa). Desta forma, o curso citado fere o parágrafo 2 do Artigo 26 dos Direitos Humanos [4] que trata sobre a educação e a tolerância religiosa. Faço a solicitação de sua suspensão imediata.

O recebimento desta notificação aconteceu de forma irascível pelo grupo, uma vez que todos nós acreditávamos que a Universidade do Estado da Bahia acatava a solicitação do reclamante. A nossa raiva, portanto, se materializava e se voltava para nossos três interlocutores: a) O Estado; b) O aparelho ideológico do Estado e, por fim: c) o sujeito religioso. Este sentimento irascível tem sido a tônica seja da produção, seja da recepção dos preconceitos, que se maculam em sujeitos encarnados através dos chamados marcadores sociais (classe, raça, gênero e orientação sexual), também pela sua religiosidade.

Neste artigo iremos nos deter na ideia de blasfêmia enquanto ato praticado por sujeitos acadêmico-políticos e contestado por sujeitos forjados e formados pelo discurso judaico-cristão. Esse jogo político-discursivo põe em cena, ao menos, três interlocutores. Pretendemos captar esses lugares de fala e as diferentes práticas (atos) a que essa construção discursiva se associa. O caminho trilhado tem a ver diretamente com a perspectiva feminista, referencial teórico-epistemológico que vem orientando as nossas práticas e nos ensinado a considerar as nossas experiências historicamente singulares, informadas por

nossa condição de sujeitos encarnados⁷. Fomos desafiados a pensar na formulação de uma ética que se estrutura no Estado, instância na qual as vidas de sujeitos considerados “minoritários” possam ser reconhecidas e, supostamente respeitadas em face dos padrões dominantes, onde nossos corpos possam efetivamente importar para o Estado.

Nesta breve escrita o sentimento utópico feminista transborda pelo compromisso com um programa ético e político que tem a ver diretamente com o desejo de fazer justiça social, erótica, racial e de gênero e, sobretudo, acadêmica, tendo como preocupação basilar as ideias de reconhecimento e distribuição desenvolvidas por Nancy Fraser (2003). Para trilhar esse percurso iremos nos envolver em três seções, cujos interlocutores serão os fios condutores dessa trama: a) Na primeira parte, situaremos O frágil Estado Democrático brasileiro (1988-2016); b) Na segunda, discutiremos a Universidade como território de produção de saberes; c) Na terceira, trataremos da assujeição e a resistência do sujeito ao campo religioso cristão.

O frágil Estado Democrático brasileiro (1988-2016)

Possivelmente como nos falou Fernando Seffner (2016) em sua palestra no XII Congresso Nacional Representações de Gênero e Sexualidades (XII CONAGES)⁸, o maior momento do Estado democrático em terras brasileiras aconteceu no período compreendido entre os anos de 1988 a 2016. Durante

⁷ Sobre a ideia do sujeito encarnado pesquisador/a ver em MESSEDER, S. A. O processo alquímico entre o conhecimento localizado, a subjetividade corpórea e o compromisso: um movimento do poder direcionado às justiças. In: SEFFNER, Fernando; CAETANO, Marcio. (Org.). *Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas*. 1ed. RIO GRANDE: Ed. da FURG, 2015, v. 1, p. 257-280.

⁸ O evento que vem acontecendo anualmente na cidade de Campina Grande-PB, é uma parceria interinstitucional entre UEPB, UFCG e FURG através de pesquisadorxs que desenvolvem estudos a cerca das questões relacionadas a gênero e sexualidade.

esse espaço-tempo destacam-se dois marcos históricos fundamentais para que possamos nos assentar e construir uma narrativa sobre este período. O primeiro marco tem a ver com a Constituição Nacional Brasileira de 1988, decisiva para o fortalecimento das instituições estruturantes do nosso Estado Democrático, sobretudo, na ênfase pela defesa e visibilidade dos interesses difusos e coletivos (meio ambiente, consumidor, patrimônio histórico, turístico e paisagístico; pessoa portadora de deficiência; criança e adolescente, comunidades indígenas e “minorias” étnico-sociais). O segundo tem a ver com o processo de impeachment da presidenta Dilma Roussef, e nosso desolamento como pesquisadorxs da diversidade sexual e de gênero.

Em que pese o atual enfraquecimento do Estado Democrático, a Constituição Nacional Brasileira, ainda, é evocada como dispositivo de defesa nos diversos manifestos elaborados pelas Associações de Pesquisadores/as, Grupos de Pesquisas e pesquisadores individuais contra o crescente movimento político religioso que orienta a supressão sistemática das expressões “gênero” e “orientação sexual” presentes nos Planos de Educação, principal alvo dos ataques.

Esta supressão embasa-se no argumento de que as duas expressões (gênero e orientação sexual) vinculam-se a uma “ideologia de gênero”, cuja pretensão é a desnaturalização do homem e da mulher “verdadeiros/as” que, com efeito, questiona a ideia de família e a infância⁹. Por outro lado, entrecruzando essa discussão situam-se temas caros a esse campo de estudos

⁹ A título de ilustração cabe registrar o recente bloqueio de vídeos e clipes do canal YouTube cujo conteúdo classificado de “LGBT” seria inapropriado para menores de 18 anos. Neste pacote de proibições entraram também diversos clipes de cantoras pop amadas pelos gays como Lady Gaga. O argumento do Google/YouTube é de que o “modo restrito” (leia-se, proibição) seria usado por uma pequena parcela de usuários e “permite uma experiência mais limitada que alguns vídeos que abordam sexualidade, saúde e política podem não aparecer para usuários que optarem por esse recurso”.

como a heteronormatividade compulsória, a despatologização das identidades trans, a desterritorialização da heterossexualidade, bem como a desontologização do sujeito da política sexual.

É incontestável o papel da constituição brasileira de 1988 e da hegemonia que os direitos humanos assumiram como linguagem da dignidade humana. Porém, como ressalta Boaventura de Souza Santos (2014), a maioria da população brasileira não é considerada sujeito de direitos humanos, nem tão pouco de discursos que sustentam essa gramática política. Por trás das teologias fundamentalistas está o discurso divino eterno, incriado, na qual a interpretação humana não pode ser mais do que um ato de sacrilégio (SANTOS, 2014). No episódio que estamos analisando, o discurso do reclamante se sustenta na afirmação da religião cristã como detentora dessa hegemonia discursiva: "está desrespeitando a religião majoritária do nosso país (cristianismo e seus valores) ao fazer uso inadequado de sua liberdade de expressão", palavras do reclamante.

A suposta hegemonia dos direitos humanos, pelo menos no que concerne à luta dos sujeitos excluídos, explorados e discriminados a exemplo das mulheres, negros, sujeitos de gênero e sexualidades dissidentes, etc., é uma hegemonia considerada frágil, precária e instável. Dessa forma, esses direitos, produto de lutas históricas, nunca estão garantidos por definitivo, precisando permanentemente de seres assegurados. A manutenção de uma agenda mínima com dimensão digna de proteção por parte do Estado brasileiro é relativamente recente. Nesse sentido, constitui um desafio ainda maior quando confrontada com os movimentos que reivindicam a presença da religião na esfera pública. A globalização dos movimentos orientados por uma teologia política está permanentemente a rivalizar e contradizer uma gramática de defesa da dignidade humana.

A preocupação instaurada no início desta reflexão tem a ver com o papel de censura que o Estado exerce que, se situa para além da fácil reiteração totalitária da dominação da mídia e a questão que nos interpela tem a ver diretamente com aquilo que seja considerado como passível de censura. As questões centrais nesse debate se colocam no sentido de compreender: a) Quem são os censores representantes do Estado? b) Quais os conteúdos previsivelmente censuráveis? c) Para quem se dirige esses censores? Nosso investimento se dá no sentido de achar uma via de compreensão dessa cena enunciativa tentando desmontar o modo pelo qual esses conteúdos censuráveis se sustentam em uma lógica normativa, individualista, que visa controlar o Estado e tirar proveito dele. Em tempos de supressão dos direitos democráticos, onde a maioria hegemônica lidera e suas vozes se apropriam dos argumentos formulados em defesa das minorias étnicas, linguísticas, religiosas, e sexuais, então, como imaginar ou reconhecer a diversidade das pessoas consideradas como “minorias” (para manter o registro do discurso do reclamante) e aliadas de seus direitos fundamentais?

Como assinala Roger Raupp (2006) em seu texto Para um direito democrático da sexualidade, em relação ao argumento majoritário e sua possível ineficácia em regimes democráticos:

De fato, na própria gênese da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do constitucionalismo está a afirmação de certos direitos invioláveis e garantidos inclusive contra deliberações majoritárias. No caso da sexualidade, identidades e práticas estigmatizadas, uma vez subsumidas aos princípios básicos da igualdade e da liberdade, estão protegidas contra deliberações majoritárias que as violem. Nessa tradição do constitucionalismo e dos direitos humanos, inclusive, uma condição para a vida democrática é a preservação desse núcleo fundamental, pelo que sua afirmação não subverte a vida democrática; ao contrário, tal proteção é exigida pela democracia, regime que não se resume à vontade da maioria. (p.94).

Acima, descrevemos o procedimento técnico, ainda, sobre a influência de Raupp, vejamos como podemos objetar a moral da maioria:

O argumento moralista muitas vezes se expressa de modo religioso. Diante disso, um direito democrático da sexualidade implica refutar discursos fundados em premissas religiosas, uma vez que a “juridicização” dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos na tradição dos direitos humanos coloca esse debate na arena mais ampla do Estado laico e democrático de direito, em sintonia com ideais republicanos. Concebidos a partir desses marcos fundamentais, os direitos sexuais podem constituir-se como espaços onde sociedade civil e Estado mantêm-se **autônomos** diante das instituições religiosas, preservando o pluralismo e o respeito à diversidade. (p.95)

E outra nota valorosa para nós tem a ver com articulação entre o saber biomédico e a moral:

Nessa linha, numa combinação que geralmente agrega ao argumento médico conteúdos moralistas, alerta-se para o perigo da exposição de menores a ambiente de liberdade e igualdade sexuais. Sem adentrar na valoração negativa que está implícita nessa objeção, nem nos males causados aos jovens por essa posição (Levine, 2002), a preocupação com a “contaminação dos jovens” traz à tona os benefícios e os riscos da experiência democrática. O convívio com protestantes, judeus e mulçumanos pode parecer arriscado para famílias católicas tradicionais, na medida em que este contato pode redundar na conversão de seus filhos; todavia, abolir tal possibilidade importaria na supressão da dignidade humana de cada um, que ficaria não só impedido de reconhecer o valor da alteridade, como também de escolher por si mesmo suas convicções e práticas religiosas. (p.96)

Estas três objeções, técnica, moral e médica, em relação ao argumento da “maioria” nos permitem imaginar o reconhecimento pela alteridade. Entretanto, quando essa maioria se ver representada pelo Chefe Maior do Estado, observa-se que o discurso midiático, por ele proferido, apresenta a relação binária designada para homem e mulher, cuja naturalização dos papéis sociais é

pactuado neste discurso, os valores democráticos constituintes e constituídos pela dita minoria, certamente se esvaeci¹⁰.

É nesta conjuntura que nos situamos. Assim, tomamos como pauta o dever para com a reivindicação da preservação do Estado democrático, através da circularidade do ato da blasfêmia como dispositivo para dar suporte ao saber-fazer da ciência, considerando a pluralidade das vozes.

O ato de blasfemar abre para a polifonia dos discursos e das vozes dissidentes, aprofunda o horizonte para um olhar crítico posto sobre a subversão e “desaturização” de um termo acomodado ao seu campo semântico originário (o discurso religioso), sua zona de conforto. O processo de (re)apropriação dessa construção discursiva possibilita por em questão regimes de verdades, para além da sua amplitude ideológica, sem a culpa introjetada no discurso religioso judaico-cristão vigente. Desse modo, reaparece no atual contexto político sob a égide da “ideologia de gênero”, “escola sem partido” e outras manifestações de controle e disciplinamento que se esboçam em meio a um processo de desmantelamento do processo democrático de direitos de proporções ainda imprevistas. Esse refluxo em termos de direitos desencadeia uma crise, inclusive, na nossa forma mesma de articulação política enquanto pesquisadorxs na geração de antídotos para suprimir ou desmontar discursos fascistas, de propagação do ódio e expurgo do outro. Nesse caso, o discurso da censura se modela interditando os sujeitos de inscrever-se na formação discursiva da blasfêmia, proibindo sentidos e usos outros e impedindo de ocupar certos lugares de sentidos, certas posições e de exercer direitos.

¹⁰ Assistir o vídeo do Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher - Brasília/DF. <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df>

Neste momento, nos voltamos para responder a nossa questão central, nos reportando ao depoimento inicial: Quem são os possíveis censores nesta interpelação ao Grupo Enlace: a religião majoritária do nosso país (cristianismo e seus valores); o conteúdo a ser censurado: a oficina que se propõe a debater produções cinematográficas blasfêmicas que enlaçam discussões sobre sexualidades e violência com debates sobre gênero e raça num viés interseccional.

Na próxima seção, versaremos sobre a decisão de não cancelarmos a exibição de filmes e documentários e como essa resolução se constitui enquanto uma estratégia de (re)existência, cujas temáticas versam sobre a diversidade de gênero e a diversidade sexual. Com efeito, trata-se de exercer o papel da universidade autônoma, livre e esclarecedora, mesmo ocupando uma posição paradoxal como aparelho ideológico do Estado.

A universidade como território de produção da pluralidade de saberes

Para seguirmos com o debate tendo como mote a censura ao Cine Blasfêmia no âmbito da Universidade, nos situamos no contexto científico, cuja construção discursiva da blasfêmia nos reporta a escrita de Donna Haraway (2009), em seu texto clássico da literatura feminista sobre ciência e tecnologia intitulado Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. Então, nos reportamos ao sentido da palavra blasfêmia:

Este ensaio é um esforço para construir um mito político, pleno de ironia, que seja fiel ao feminismo, ao socialismo e ao materialismo. Um mito que poderá ser, talvez, mais fiel – na medida em que a blasfêmia possa sê-lo – do que uma adoração ou uma identificação reverente. A blasfêmia sempre exigiu levar as coisas a sério. Não conheço, dentre as tradições seculares-religiosas e evangélicas da política dos Estados Unidos, incluindo a política do feminismo socialista, nenhuma posição melhor a adotar do que essa. A blasfêmia

nos protege da maioria moral interna, ao mesmo tempo em que insiste na necessidade da comunidade. Blasfêmia não é apostasia. A ironia tem a ver com contradições que não se resolvem – ainda que dialeticamente – em totalidades mais amplas: ela tem a ver com a tensão de manter juntas coisas incompatíveis porque todas são necessárias e verdadeiras. A ironia tem a ver com o humor e o jogo sério. Ela constitui também uma estratégia retórica e um método político que eu gostaria de ver mais respeitados no feminismo socialista. No centro de minha fé irônica, de minha blasfêmia, está a imagem do ciborgue. (Haraway, 2009, p.35)

Nesta linha, a blasfêmia nos interessa em suas duas vias: 1) da proteção contra a maioria moral interna, e, simultaneamente; 2) da necessidade da comunidade enquanto unidade política. Quando operamos com o conceito de blasfêmia no campo científico, não significa que estamos reiterando a oposição entre crença e ciência, ou entre opinião e certeza. O recurso interposto pelo requerente no caso do Cine Blasfêmia limitava o uso da palavra ao universo religioso ou mesmo como categoria jurídica, com isto, vimos claramente que o emprego das leis antiblasfêmicas requerida estaria a serviço da afirmação de hegemonias culturais, beneficiando tradições religiosas majoritárias.

Para trilhar o caminho da blasfêmia comentaremos sobre o primeiro filme exibido por nós “A Excêntrica Família de Antônia”, cujo conteúdo aciona um universo feminista e o universo de mulheres, bem como suas agendas que contrariam as recomendações religiosas cristãs. Para Haraway (2009) e também para nós do Grupo Enlace, o ciborgue é a síntese da blasfêmia, mais ainda, o sentido primeiro de nossa ontologia, aquilo que determina nossa política, aquilo que proporciona potentes fusões e perigosas possibilidades, componentes necessários ao trabalho político.

Uma breve narrativa sobre A Excêntrica Família de Antônia

Antes de adentrarmos na complexa malha discursiva da narrativa de A excêntrica família de Antônia convém uma breve contextualização. O filme é dirigido e escrito por Marleen Gorris e possui um viés feminista, bem como um tom de blasfêmia que é experienciado pelos personagens no desenrolar da trama, uma vez que os símbolos da religião cristã, e, o comportamento dos padres vem à tona de forma irônica. Não se trata exatamente de um filme que se aprofunda na religião, embora aquilo que se blasfema tem a ver diretamente com a moral interna majoritária do cristianismo.

A história da saga de Antônia é narrada de traz para frente. A morte se apresenta como dispositivo condutor que nos orienta na entrada e no final da narrativa, como se estivesse recuperando o sentido da morte, se contrapondo a ideologia do capitalismo industrial, vista como algo indigno e sujo, que deverá ser escondida das crianças. Os rituais mortuários das duas moribundas dão o tom do início e do final do filme: a primeira a morrer é a mãe de Antônia e a última, a própria Antônia, ambas conscientes do estado da morte que se aproxima. Antônia, mulher, mãe solteira, migrante. Após 20 anos, retornara com sua filha Danielle ao pequeno vilarejo pacato, rural e cristão justamente no termino da segunda guerra mundial.

O motivo do retorno decorre da morte da sua mãe. Na sala da casa encontra-se o corpo da sua mãe, sendo velado pela vizinha e o padre. A moribunda delirava e queixava-se do adúltero do seu marido, cuja morte aconteceu há 30 anos. Neste interim, sussurrava Antônia para a sua filha: - ela geniosa e sua morte não seria um descanso. O velório da mãe de Antônia, na Igreja, é um acontecimento que mobiliza toda a comunidade. Depois dos rituais mortuários de sua mãe, Antônia segue com sua filha para o bar de Olga onde

estão os homens já conhecidos por ela, exceto a família do viúvo, único forasteiro do Vilarejo. A sua ida ao bar parece ser estranha ao ambiente masculino. Uma presença marcada pela primeira violência explícita contra a mulher. Aqui, o pai compara a sua filha à filha de Antônia. Ambas, à disposição dos homens como objetos sexuais. A segunda, com atributos de beleza e a primeira, feia, mas com outros atributos para satisfazer aos homens.

A cena é carregada de um pincel violento contra a jovem Didi e o seu corpo tratado como mercadoria a mostra. O irmão mais velho maneja o corpo de Didi como inerte, desprovido de inteligência. Em sua defesa, vimos os olhares de Antônia e Danielle. Olga, a dona do bar, grita e o forasteiro viúvo intercede na cena. Em seguida, a toma nos braços protegendo temporariamente dos seus dois violadores, pai e irmão. Nesta cena, reunimos a violência física da mulher e mais a ideia da mulher como um mero objeto sexual para os homens.

Os personagens são apresentados por Antônia, pouco a pouco, em suas caminhadas pelo Vilarejo com a sua filha. Interessante a forma como ela acolhe e protege a minoria da moral majoritária no cotidiano do vilarejo. Cada personagem acolhido na vida de Antônia é acompanhado por uma interdição que sinaliza um marcador de exclusão ou um *modus* de vida não correspondente à moralidade cristã. O primeiro, a ser acolhido é um homem jovem trabalhador do campo com deficiência mental, massacrado pelas crianças que jogam pedras e o abusam com palavras jocosas. Como Antônia o defende desta situação, ele modifica o seu rumo e ela o acompanha em seu caminho de volta para casa.

A presença de um padre alegre é um destaque em contraposição a um padre que nega a extrema-unção a uma família judaica morta pelos nazistas. Ainda, na trilha dos valores cristãos situamos o Casamento, rejeitado pela

Antônia. O viúvo a pediu em casamento, justificando esse pedido pelo estado de viuvez de ambos e pela necessidade dos seus filhos em ter uma mãe. Ela, por sua vez, rejeita a função de mãe e de esposa por ele requerida e solicita a sua cooperação nos serviços da fazenda, oferecendo em troca verduras, pães e ovos. No dia seguinte, nos é apresentada uma grande mesa de comida, envolta de um novo rearranjo familiar: Antônia e Danielle, Olga (russa, mulher da vida e dona do bar), o padre risonho, o rapaz com deficiência mental, o viúvo e seus filhos.

Mais adiante, Danielle assiste à cena de Estrupo e Incesto promovido pelo irmão de Didi contra ela no celeiro da fazenda. E para se agenciar na cena, ela pega um lençinho e joga na parte íntima do violador. Enquanto ele grita de dor, ela foge com Didi para a sua casa.

No dia seguinte, todos se reúnem na igreja, como se nada tivesse acontecido, embora Didi já esteja morando com Antônia. Pette, seu irmão, depois de curado, escapou da vergonha saindo do Vilarejo. Por sua vez, Danielle mostra seu talento nos desenhos e decide estudar na Escola de Bela Artes, afastando-se, assim, do Vilarejo. Alguns anos se passam e Danielle retorna e decide ter um filho sem marido. A narrativa caminha para a apresentação de um momento herético, ou seja, uma procissão cantada em latim. Antônia confabula e resolve que o neto/a não será filho/a de um aldeão, mas sim, de um homem da cidade. Assim, ambas, seguem para a cidade na busca de um garanhão, e, se deparam com uma mulher, Letta, que encara a gravidez como maravilhosa, bem como o ato de parir, mas não considera a copulação e nem o ato de criar filho tão maravilhoso assim. Diante do desejo de Antônia e Danielle, de um filho sem pai, Letta aponta para um homem forte, bonito e copulador. Daí, Danielle segue em sua direção e propõe sexo.

No retorno delas a aldeia, a cena transcorre na missa, onde se configura a comunidade como conhecedora da gravidez de Danielle sem marido. O sermão do padre transcorre e direciona-se para ambas. Antônia e a filha são mulheres que devem ser banidas por serem mulheres desavergonhadas. Ambas se retiram da missa, Bas e os filhos acompanham. Entretanto, Bas não permite que elas sejam simplesmente banidas neste espaço de socialização, e, também palco das blasfêmias de Antônia. É sabido por todos que o padre mantém relações sexuais com suas fieis, então eles resolvem chantageá-lo ao pegá-lo em flagrante fazendo sexo oral no confessionário.

Daquele momento em diante, o padre começa a realizar sermões vendo a imagem da mulher como salvadora e sábia. A passagem de tempo acontece com o nascimento de Therese, a filha de Danielle. A criança possui afinidade com o intelectual Dedo Torto e é apresentada como superdotada, questionadora do tempo e da existência de Deus. A relação entre a Madonna e a protestante segue sem contatos físicos, embora ambos pareçam apaixonadas, mas suas crenças os separam. O padre risonho abandona a batina, sob a alegação do prazer pela vida. Todos se juntam na fazenda de Antônia, e Didi aparece com uma barriga de gravidez, cujo filho é do rapaz com deficiência mental, ambos se apresentam com esta deficiência. Em seguida, é mostrada a cena do casamento, Didi vestida de noiva, e Boca Mole de paletó. E paralelo à cena do casamento, novamente Antônia dá o seu veredicto a Bas. Desse modo, eles passarão a ter sexo, numa cabana construída por ele, uma vez que os encontros entre eles acontecem em um espaço fora da casa de ambos. A cena em volta da mesa se repete, todos almoçando. Esta "multidão" vai se ampliando com a passagem do tempo. E, por fim, indagamos quem são os acolhidos de Antônia? Os sujeitos rejeitados/excluídos pela moral majoritária e

mais uma recém chegada a tia de Therese, Letta que se enlaça com o ex-padre risonho.

Logo depois desta cena, assistimos o encontro de Danielle com Lara, a sua grande paixão lésbica, a professora de sua filha Therese. Danielle se enamora no primeiro momento que a ver, era como estivera reconhecido e emoldurado a sua paixão no quadro da deusa de Vênus que emerge das águas em uma concha, sendo empurrada para a margem pelos Ventos D'oeste. Embora, alguns especialistas argumentem que a deusa nua não representaria a paixão terrena, carnal, e sim a paixão espiritual. Na cena posterior, temos a descrição delicada da alcachofra, seguramente uma alusão ao sexo feminino. E depois do jogo de sedução entre elas, o sexo carnal. O sexo como uma forma de amor que se espalha em todos os casais acolhidos por Antônia. E a menina prodígio reclama porque deseja dormir.

Depois das mortes de Madonna, do pastor e do pai de Pete, ele retorna reivindicando a sua parte na herança. Possivelmente, a intenção era a vingança contra Danielle, cujo ato se materializa mais uma vez na condição de estupro da adolescente superdotada. Em seguida, caminhando pela trama, nos deparamos com o homicídio de Pete pelo irmão, e antes disso, a praga pronunciada pela boca de Antônia. A neta superdotada cresce e, passa a ser uma intelectual respeitada, experimenta várias relações sexuais com diversos homens. Mais tarde, engravida, mas não possui o sentimento de maternidade, algo considerado como antinatural. Nesta situação, o aborto é também discutido abertamente na mesa familiar.

A pluralidade de temas que se apresentaram no filme, até então, vinculam-se às problemáticas feministas. No texto "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra", Haraway assinala as grandes preocupações que pairaram na ideia da subordinação da mulher como

universal: no mundo do trabalho, no matrimônio, na qualidade de objeto sexual, na maternidade, na liberdade sexual, na violência física, no aborto. O filme nos permite verificar como as relações de gênero deverão ser repensadas tendo como central a ideia da moralidade religiosa, e como ela encapsula tanto homens, quanto mulheres. Para além dos debates blasfêmicos promovidos através da trama relatada, nosso exercício continuaria com outros filmes que versariam sobre a problemática da raça/gênero e transexualidade.

Quando nos reportamos ao documento recebido pela universidade através da Ouvidoria percebemos o quanto os estudos desenvolvidos com temas que revelam a existência de outras moralidades que não pertencem à moral majoritária poderão ser destituídos da sua autoridade como ciência, sobretudo se a comunidade científica não buscar os meios de coalizão. Muito provavelmente, aí reside o paradoxo da ciência blasfêmica. Da proteção a moral majoritária interna, concomitante da necessidade da comunidade.

Nesse aspecto, nos parece interessante retornar ao manifesto de Haraway (2009) que em tom visionário adverte-nos para o risco de: 1) o **Estado** dar continuidade no processo de desmantelamento do estado de bem-estar, acelerando processos de descentralização juntamente com uma vigilância e controle crescentes; 2) a **Escola** investindo na promoção de uma educação para a ignorância em massa e a repressão, com investimentos na militarização e na formatação de corpos e mentes que vai reverberar no crescimento e no ataque à ciência política; 3) E, por fim, a **Igreja** atuando através da proliferação de pregadores "supersalvadores" e fundamentalistas que celebram a união do capital eletrônico com deuses-fetichê automatizados. De certa forma, essa articulação de Haraway nos redimensiona à cena enunciativa montada em torno da realização do Cine Blasfêmia.

A "assujeição e a resistência do sujeito ao campo religioso cristão

Iniciamos esta seção nos reportando a narrativa do reclamante:

Diante disto, acuso o Curso "CINE BLASFÊMIA" de ofender a religião alheia, incentivando a blasfêmia (crime claro de intolerância religiosa). Desta forma, o curso citado fere o parágrafo 2 do Artigo 26 dos Direitos Humanos [4] que trata sobre a educação e a tolerância religiosa. Faço a solicitação de sua suspensão imediata

O sujeito religioso se manifesta contrário ao Cine Blasfêmia tendo como argumento para a suspensão do curso o dispositivo da lei em torno do uso da palavra blasfêmia que supostamente estaria ofendendo a religião cristã. Segundo a sua declaração, ele sugere admissibilidade do debate antiviolença, bem como os temas de sexualidades, relações de gênero e raça, mas o problema residiria apenas no uso da palavra blasfêmia. Vejamos o que nos diz o paragrafo da Declaração dos Direitos Humanos, citado pelo reclamante:

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (Artigo 26, paragrafo 2 da Declaração dos Direitos Humanos, <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>)

Quando nos debruçamos sobre a ideia do pleno desenvolvimento da personalidade humana identificamos que não poderíamos seguir uma perspectiva diretiva,. Dessa forma, saímos do estado da irascibilidade e ponderamos da seguinte maneira: a) Se por um lado, considerarmos a ideia de projeto, ou seja, ações que devem ser antecipada como uma variável complexa no campo da ciência, esta poderia ser uma oportunidade salutar para que pudessemos suspender o dispositivo da blasfêmia como recurso teórico-metodológico para os estudos das/para/com minorias. Por outro lado, no

campo religioso cristão, os líderes religiosos e seus fiéis elegeram o campo científico dos estudos sobre relações de gênero e das sexualidades como alvo central de seus ataques, promovendo uma onda de conservadorismo em terras brasileiras.

Neste momento, o Grupo Enlace, avaliou que a estratégia de suspensão do nome Cine Blasfêmia seria estabelecer um contrato tácito de submissão ao campo religioso cristão, ou seja, atender a manifestação de um sujeito representante da religião cristã e, inclusive, celebrar a conformidade da não autonomia universitária. Com efeito, estaríamos pactuando com a noção de que a educação é neutra em relação a valores, e, certamente, negando o próprio espírito do Artigo 26, onde se estabelece uma série de metas educacionais que focalizam a educação para os direitos humanos.

Em nossa avaliação, para conquistarmos um lugar de enunciação emancipatório para o juízo estético deveríamos investir e aprofundar na polissemia das palavras, bem como nos determos no uso da palavra blasfêmia no campo da ciência e no campo das artes. Neste sentido, nossa estratégia estaria próxima daquilo que sugere Judith Butler (1997) que é de explorar a temporalidade aberta dos signos, nas possibilidades subversivas da apropriação. Acontece, no entanto que a formação discursiva na qual está inserida a ideia de blasfêmia está sedimentada. Esse processo de enraizamento não retira, portanto, o seu potencial de contramobilizações e reapropriações radicais. Com isto, criamos mecanismos e procedimentos para que como sujeitos de direito pudéssemos nos tranquilizar e nos asseguramos de que não ofendíamos a este grupo majoritário religioso. Muito pelo contrário, estávamos devolvendo a reflexão de que todo sistema totalitário poderá nos levar ao um novo holocausto.

Nos ensinamentos de Mãe Stela de Oxossi dois caminhos são indicados para que possamos positivar as nossas ações: a) o compromisso com a nossa ancestralidade; b) o uso cognitivo do ouvir como “ouvido de mercador”. O Grupo Enlace tem investido na ideia do sujeito encarnado como uma possibilidade de construir uma ciência sem uma razão desencarnada, com isto, os saberes locais são valorizados no sentido de alcançar um saber-científico com compromisso ético e colaborativo no âmbito de uma rede de coalizão.

Desta forma, buscamos várias brechas para que possamos nos construir como sujeitos interpeladores de sistemas totalitários no campo da ciência. Por isso, o compromisso com a nossa ancestralidade decorre do estoque de conhecimento que acumulamos com as nossas leituras e práticas, seja com os/as autores/as consagrados pelo “saber do norte”, somos obrigados a lê-los pela nossa tradição acadêmica, mas necessariamente não necessitamos de ser meros “papagaios”, seja com a nossa proposta com a geopolítica do conhecimento, onde investimos em autores locais não consagrados, mas que julgamos produtores/as de conhecimentos. E certamente, identificarmos e construirmos nossas redes de coalizões tão necessárias para que possamos nos enveredar na construção de saberes mais justos. No reconhecimento das injustiças étnica, racial, de gênero e científica somos absolutamente impelidos a atuarmos em nosso campo científico com cuidado e cautela para que os ruídos das vaidades humanas não dificultem a formação da nossa rede colaborativa, daí o domínio do “ouvidor de mercador”.

Considerações finais

Nossa investida na blasfêmia como potencialidade política é acima de tudo um movimento de “desobediência epistêmica” (GROSFOGUEL, 2012). Ao

optar por performatizar o “ouvido de mercador” como ato de (re)existência e insistência, ou seja, em dar continuidade ao Cine Blasfêmia, o grupo Enlace estrategicamente “faz a egípcia”¹¹, traduzindo para uma linguagem “pajubeyra”, enunciando um silêncio que significa. O silêncio da censura não significa ausência de informação, mas de interdição. Nesse caso, não há coincidência entre o não dizer e o não saber. Não cedemos no sentido de transpirar o sentido “proibido” de blasfêmia por qualquer outro signo “inocente”, nem em forma, nem em conteúdo. Nosso contra discurso opera pelas bordas, explorando as potencialidades políticas da atitude blasfêmica.

Ao longo da nossa escrita experienciamos o sentido da blasfêmia e o afastamento do sentimento irascível em nosso saber-fazer científico sobre as relações de gênero e sexualidades. Embora, o sujeito religioso tenha provocado a sensação de raiva sobre todos nós do Grupo de Pesquisa Enlace, sobretudo, pela possibilidade de não levarmos a cabo a difusão da produção do conhecimento na articulação com o campo da arte, mais especificamente da cinematografia.

Em nosso horizonte de interpretação tínhamos o manifesto do reclamante, com isto, resolvemos nos interpelar tendo como nossos três interlocutores o Estado, a Universidade e o sujeito religioso. Com o Estado entabulamos o diálogo tendo como princípio a dignidade da pessoa humana, mediante a ideia do Estado promotor dos direitos humanos, considerando tanto a moral majoritária, quanto a moral das minorias. Ressalta-se que para se

¹¹ Segundo Lucas Lima (2016), as linguagens pajubeyras constituem um repertório vocabular e performativo de resistência aos regimes regulatórios de gênero e sexualidade utilizado por gays, ou “bichas” para utilizar uma categoria nativa. O Pajubá, assim pensado, compreende uma forma de narrar o mundo que funciona como estratégia de descolonização das subjetividades injuriadas e uma forma de produção de uma ética existencial, ou seja, uma “ética beesha”. “Fazer a linha egípcia” segundo o Aurélia, a dicionária da Língua Afiada, significa ficar indiferente com alguém, se fazer de desentendido.

legislar em prol das minorias no âmbito do sistema capitalista as estruturas democráticas precisam ser fortalecidas. Reconhecemos as universidades públicas como aparelhos ideológicos do Estado, mas reconhecemos também a margem de autonomia deste território. Nesta narrativa, vimos que o Grupo Enlace foi contestado para suspender uma atividade de extensão, onde seriam articulados dois campos distintos, a produção científica e a produção artística cinematográfica. O requerimento da suspensão foi motivado pelo uso da palavra blasfêmia, uma vez que esta construção discursiva possui para o requerente o uso circunscrito ao contexto cristão.

Para o reclamante o Cine Blasfemia insultaria a religião da maioria brasileira, a cristã. Para nós do Grupo Enlace a blasfêmia é um dispositivo teórico-metodológico que, seguindo a trilha de Donna Haraway, possibilita o “livramento”, ou melhor, nos protege da moral da maioria e, coexiste com a ideia de comunidade (rede de coalizão). Na articulação destes dois campos de saberes, o primeiro filme exibido e descrito foi a “Excêntrica Família de Antônia”, onde somos conduzidos ao contexto da moralidade da religião cristã. Antônia que é frequentadora do espaço de socialização cristão, a missa, muito embora, quando julgada como uma alma amoral no sermão do padre, ver-se obrigada a abandonar este espaço de socialização da comunidade. Entretanto, este abandono compulsório, é revogado, uma vez que ela e Bas (amantes e amigos), chantageiam o padre, cuja conduta trai a regra do celibato. Nesta passagem, a coexistência entre a submissão e resistência do fiel é bastante singular. Antônia julgada como uma alma amoral, tal resíduo de amoralidade estende-se a ideia de mulher universal. No entanto, ela, Antônia, pecadora, resiste e se submete, jogando com os símbolos e condutas prescritas por esta mesma moralidade religiosa, que a expulsa.

Por fim, o filme nos reporta a agenda de luta feminista para a emancipação das mulheres que se materializa nos questionamentos do matrimônio compulsório, na objetificação da mulher como objeto sexual, na violência sexual, simbólica e psicológica, no sentimento da maternidade, no instinto materno imputado como natural da mulher; na liberdade sexual, na ampliação do mercado de trabalho para além da divisão sexual, a mulher como intelectual, na lesbianidade, na relação do público e privado, na deficiência mental. Enfim, nesta agenda os homens encapsulados em sua moral são conduzidos a pensar sobre a sua própria prisão na relação de gênero. Tais lutas podem ser consideradas como blasfêmicas, uma vez que elas não sustentam a moralidade cristã. Há muito que aprender com essa experiência. Como enuncia a letra da canção Sol de primavera “quero ver crescer nossa voz no que falta sonhar... a lição sabemos de cor, só nos resta aprender”.

Referências

- BUTLER, Judith. **Excitable speech: A politics of the Performative**. Nova York: Routledge, 1997.
- LUCAS LIMA, Carlos Henrique. **Linguagens pajubeyras: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade**. 2016. Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2014. 2ª edição
- GROSFUGUEL, Ramon. **Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial**. São Paulo: Revista Contemporânea, v. 2, n. 2 p. 337-362. Jul.–Dez. 2012.

- HARAWAY, Donna. **Manifesto cibourgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX**. In: TADEU, Tomaz. Antropologia do cibourgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- MESSEDER, S. A.. **A construção do conhecimento científico blasfêmico ou para além disso nos estudos de sexualidades e gênero**. In: Bruna Andrade Irineu. (Org.). Diversidades e políticas da diferença: intervenções, experiências e aprendizagens em sexualidade, gênero e raça. 1ed. Tocantins: EDUFT, 2016, v. 01, p. 06-17
- Philippe Ariès. **O Homem Diante da Morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982,
- RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos** (UFRGS. Impresso), v. 12, p. 71-100, 2006